ESCOLA SEM PARTIDO E O TRABALHO DOCENTE

Luciana C. B. Botelho*,
Orientadora : Prof^a Dr^a Desiré Luciane Dominschek

Resumo

A partir de revisão de literatura e documentos, buscou-se refletir sobre o contexto social em que surgiu o “Movimento escola sem partido” quais foram seus atores e como afetará o trabalho docente caso o projeto de lei nº 867 de 2015 seja aprovado. O movimento foi criado em 2004 por uma iniciativa civil tendo como seu idealizador o advogado Miguel Nagib, com a justificativa de defender as crianças, adolescentes e jovens de uma “doutrinação ideológica”, pois para eles as escolas do Brasil estão sendo comandadas por um único partido, Marxista. Para divulgar suas ideias e ganhar adeptos o movimento criou um site, onde encontram-se textos, vídeos, informações sobre os anteprojeto “Escola sem partido”. Ao lado oposto encontram-se estudiosos em educação que se manifestam de diversas maneiras, com textos, discursos e promovendo debates em universidades, com o intuito de analisar os objetivos do PL em relação a prática educativa. Os referenciais utilizados foram Freire (2013), Saviani (2012), Frigoto (2017), Beto (2014) entre outros. Concluiu-se que não há prática educativa sem a troca de saberes e que é necessário que o professor contextualize os conteúdos curriculares com a realidade em que vivem seus alunos. A pesquisa levantou muitas outras indagações, possibilidades e reflexões no que diz respeito a qualidade da educação no Brasil e como a influência de grupos ideológicos podem causar retrocessos.

Palavras-chave:

Movimento, Escola, Docente

Introdução

Esta pesquisa buscou identificar quais foram os fatores de maior impacto no trabalho docente com a implementação das propostas do projeto “Escola sem Partido”, como se deu a criação desse movimento, quais são os seus atores e os principais objetivos que permeiam o Projeto de Lei nº 867 de 2015

Resultados e Discussão

Analizamos e refletimos o que cada lado, prós e contras, apresentam sobre o “Escola sem Partido” e o que pode acarretar ao trabalho docente. Seria necessário a implementação desse projeto de lei? E a prática docente como se dará? Estes são questionamentos que nortearam nosso trabalho e nos levaram a concluir que projetos como este podem levar o trabalho docente a uma desvalorização ainda maior.

Conclusões

Conclui-se que, caso projetos como este sejam aprovados teremos um retrocesso enorme para educação do país, pois não trazem benefício algum para professores, educandos, famílias, enfim sociedade em geral. Devemos lutar sempre por uma educação de qualidade para todos, na qual haja valorização do professor e onde a prática educativa seja muito mais que simples transmissão de conhecimento, seja uma prática social que leve o sujeito a transformação pessoal e coletiva.

Brasil. **projeto de lei nº 867, de 2015**. inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “programa escola sem partido”. 2015. disponível em <https://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> acesso em 20 de out. de 2018

Nagib, m. **a escola sem partido e a doutrinação nas escolas**. organização civil escola sem partido. disponível em

<http://www.escolasempartido.org/images/pfesp.pdf> acesso em 10 de set. 2018
Freire, p. **pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. ed. 45ª. rio de janeiro, rj. paz e terra, 2013.

Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar